

**ECONOMIA**

# Patrões criticam demasiado Estado e pouca economia no plano da 'bazuca'

Ao JE, os líderes das associações patronais da Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Agricultura criticam o Plano de Recuperação e Resiliência, que, dizem, está voltado para um Estado que tem falhado sucessivas reformas. ● P6 e Editorial na 2



Cristina Bernardo

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA EM DEBATE PÚBLICO

# Patrões criticam demasiado Estado e pouca economia no plano da 'bazuca'

Indústria, Comércio e Serviços, Turismo e Agricultura confessam desilusão com o PRR que, segundo eles, está de novo virado para preencher as necessidades de um Estado que tem falhado sucessivas reformas.

**JOÃO MARCELINO**  
 jmarcelino@jornaleconomico.pt

Os responsáveis das entidades patronais estão de acordo: no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a distribuição de verbas entre a requalificação do Estado e os apoios à economia é altamente "desproporcionada" e o tempo que o Governo determinou para o debate público (15 dias) "insuficiente" para uma discussão que permita "mudanças significativas" no texto que seguirá brevemente para a apreciação de Bruxelas.

O Jornal Económico ouviu os cinco representantes das confederações patronais, já depois da reunião em que o primeiro-ministro António Costa apresentou o PRR ao Conselho Económico e Social (CES), na manhã de terça-feira e pôde constatar que a maioria faz as contas ao documento da mesma forma, ou seja, que "sobra Estado" e "falta economia" num plano importante para Portugal. Mas há uma exceção: a Confederação Portuguesa de Construção e Imobiliário. Manuel Joaquim Reis Campos, o presidente, é claro: "Temos estado a trabalhar e não preci-

samos de apoios especiais. As obras previstas no PRR, sejam do público ou do privado, serão feitas por nós, do metro de Lisboa e Porto à habitação, passando pela construção, requalificação imobiliária, certificação energética. O nosso setor beneficia de tudo isto. Não nos podemos queixar como o Turismo ou o Comércio, que foram as áreas mais afetadas pela pandemia".

Fora a construção, as críticas mantêm-se uniformes. Aproximam-se uma grande oportunidade e, além do mais, o PRR é apenas uma parte (13,9 mil milhões de euros)

**"Estamos há 20 anos com crescimentos anémicos, de 1,5%; temos de ambicionar crescer a, pelo menos, 4%. Temos de reagir, política, social e economicamente. Não nos podemos conformar com isto"**

das grandes verbas (61 mil milhões) que a União Europeia enca-minhará para o país [ver quadro] até 2029, no âmbito de três planos. A saber: o PT2020, ainda em curso; o Quadro Plurianual, sintetizado pela designação PT2030 e este PRR devido à pandemia de Covid-19, para além de outras duas pequenas rubricas. A estas verbas pode vir a somar-se a ativação de uma linha de empréstimos de baixo juro num máximo de 14,2 mil milhões, e dos quais o Governo vai pedir no imediato 2,7 mil milhões.

A celebrada 'bazuca' é, pois, apenas um instrumento de um 'arsenal' de armas poderosas para a reanimação da economia nacional, sobretudo se compararmos com os 74 mil milhões da última ajuda da troika a Portugal, a terceira depois do 25 de Abril. E esses não eram dados, foram emprestados.

#### Estado versus economia

António Saraiva (CIP, Indústria), Eduardo Oliveira e Sousa (CAP, Agricultura), João Vieira Lopes (CCP, Comércio e Serviços) e Francisco Calheiros (CTP, Turismo) coincidem nas apreciações. "O Governo não deixa de ter razão quan-



do nos pede que olhemos para a dimensão do Estado e para os benefícios que advirão para todos da sua modernização, mas a realidade é esta: dos 13,9 mil milhões de euros, apenas 4,6 mil milhões são para apoios à economia, cerca de 27%. Poderemos, com boa vontade, considerar 35% se entendermos que a rubrica de 'qualificações e competências' também trará benefícios à atividade das empresas. Mas, ainda assim, seria desproporcionado: 65% para o Estado e 35% para a economia", resume António Saraiva.

No caso do turismo, a atividade mais exportadora do país, a desilusão é total. Francisco Calheiros lamenta "que o documento apresentado não integre projetos estruturais para o desenvolvimento da economia do turismo, nomeadamente, um programa específico para o Turismo, com orçamento e domínios temáticos próprios essenciais à competitividade futura da atividade". "Recordo - acrescenta - que estamos há um ano em contexto de pandemia, com a

economia grandemente paralisada e as empresas da atividade turística a enfrentarem grandes dificuldades devido às restrições de circulação. É, por isso, fundamental garantir todos os apoios necessários para garantir a sobrevivência das empresas e dos postos de trabalho e esperámos que o PRR pudesse vir a ser um contributo importante".

Desde o seu posto de observação, João Vieira Lopes, presidente da CCP, sinaliza que a palavra "comércio" só aparece uma vez nas 146 páginas do documento e faz notar que "o comércio e os serviços contribuem com para o PIB português".

Outro ponto de divergência, que o PRR não sossega, são os apoios às empresas neste tempo de pandemia. A comparação mais apetecida faz-se com o Reino Unido, que destina 16.3% do PIB para a ajuda à economia, enquanto que em Portugal a verba atinge apenas os 2,3%. Assim, concluem, "quando vier a retomar, há países que vão partir da 'pole-position' e nós da sétima linha para trás.



**ANTÓNIO SARAIVA**  
 Indústria

"A pandemia vai fazer-nos perder 10% do PIB. Só no final de 2023, iremos voltar aos valores de 2019. Não podemos continuar com crescimentos anémicos, esmagados por falta de reformas e um Estado que absorve 55% da riqueza"



**VIEIRA LOPES**  
 Comércio

"Vai ser preciso modernizar a economia, garantir emprego, investir em apoios diretos, promover fusões, trabalhar em rede. No PRR tudo isto é subvalorizado em detrimento das necessidades do Estado. Faz-nos pensar que vem aí mais do mesmo"



**OLIVEIRA E SOUSA**  
 Agricultura

"Precisamos de ajudar os empresários a organizarem-se para a internacionalização e isso passa por haver dinheiro para contratar pessoas com altas qualificações técnicas e por se poderem criar estruturas mais modernas na agricultura"



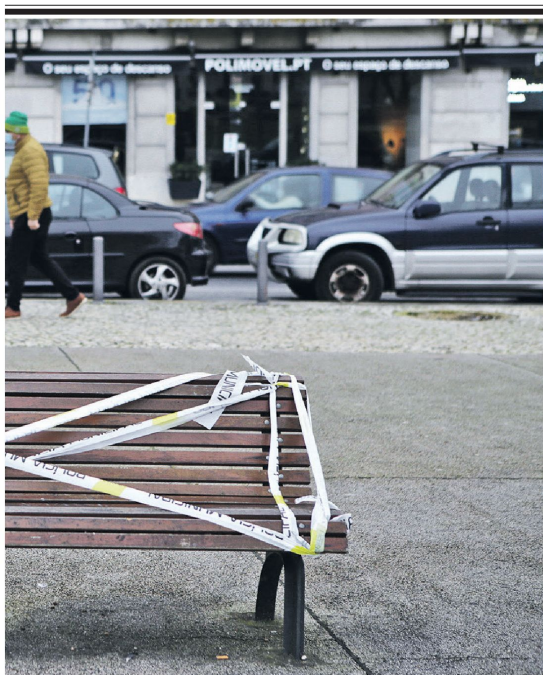
**FRANCISCO CALHEIROS**  
 Turismo

"A CTP lamenta que o documento não integre projetos estruturais para o desenvolvimento da economia do turismo. O PRR é omissivo e não reflete a importância da atividade para o PIB e para a criação de riqueza e emprego"



**REIS CAMPOS**  
 Construção

"Em 2019, a construção e o imobiliário cresceram 2,5% e precisavam de 70 mil trabalhadores. Ainda agora podemos absorver algum desemprego, sobretudo qualificado. Não tivemos apoios nem tínhamos de ter - não paramos"



Cláudia Bernardo

na próxima semana, mas estamos pessimistas em relação à sua integração no PRR. Tudo isto está a andar à pressa. Um pouco como a reunião do Governo com o CES: 50 organizações, 80 pessoas, uma hora e meia para falar. Foi para cumprir calendário”

**Pilares, reformas, investimentos**

O PRR é o projecto nacional criado ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência da União Europeia, formalizado no passado dia 12 de fevereiro com um financiamento de 1,8 biliões de euros destinados a apoiar a recuperação económica dos 27 países. Desenvolve-se em três pilares: Resiliência, que vai do investimento no SNS às respostas sociais, passando pela Habitação, Inovação, Infraestruturas, Qualificações e Competências, entre outras, concretizado em 20 reformas e 43 investimentos, dotados de 8,5 mil milhões, 61% do total do PRR; Transição Climática, com 8 reformas e 14 investimentos, 2,8 mil milhões, 21%; e Transição digital, com 8 reformas e 17 investimentos, 2,5 mil milhões, 18%. O envelope total é de 16 643 milhões de euros, composto por 13 944 M€ em subvenções e por 2 699 M€ em empréstimos.

No SNS, por exemplo, vão ser criadas 35 novas unidades móveis para cuidados de saúde primários para cobertura das regiões de baixa densidade; alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados com 5.500 novas camas de internamento e também a de Cuidados Paliativos, com 400 camas de internamento de menor complexidade até 2024;

Na Dimensão Transição Climática vai ser apoiada a aquisição de frota de transportes públicos limpos (325 autocarros e 4 navios para percursos fluviais) e a instalação dos respetivos postos de carregamento/abastecimento.

A Transição Digital vai pagar os 260 mil computadores de uso individual para alunos e professores e promover competências pessoais e a modernização de empresas, requalificando 36 mil trabalhadores e apoiando 30 mil PME. ●

Qualquer dia somos a pior economia dos 27. Estamos há 20 anos com crescimentos anémicos, de 1,5%; temos de ambicionar crescer a, pelo menos, 4%. Temos de reagir, política, social e economicamente. Não nos podemos conformar com isto”.

A maioria dos responsáveis do patronato português dizem que o Estado e as empresas devem andar lado a lado e não com a economia a reboque da primazia dada ao Estado, “que é aquilo que mais uma vez acontece neste PRR”, que alguns definem como sendo, sobretudo, um apanhado das necessidades dos vários ministérios não resolvidas ao longo dos últimos anos, depois de pseudo-reformas que nunca saíram do papel.

Oliveira e Sousa desabafa: “Há sempre dinheiro para a TAP, a central do Pego ou Sines... Também tem de haver para a agricultura”. “Precisamos – acrescenta, como exemplo – de internet de banda larga em todo o território, para os agricultores poderem apostar a sério nas imagens de satélite, no voo dos drones, para

acompanharem os benefícios da digitalização e a modernização do Estado que, sem isso, estará incompleta ou não servirá de todo os objetivos”. O presidente da CAP dá ainda um exemplo de constrangimentos ditados por factores políticos. “A construção da barragem do Pisão, em Portalegre, já está a ser limitada na área e volume. É preciso ‘libertar’ os empresários. O projeto tem de ser feito e é o próprio empreendedorismo que tem de apresentar projetos e fixar os limites”, diz.

António Saraiva lembra, e lamenta, que a Função Pública, “que tinha 727 mil trabalhadores em 2011, chegou a 659 mil nos anos da troika, já esteja de novo nos 718 mil. Quase ao nível de 2011”.

“O documento é zero em termos da política de cidades, que são hoje o centro de gravidade da economia, com as empresas, o turismo, o comércio, as indústrias”, acrescenta Vieira Lopes. “Estamos – revela – a preparar um documento de sugestões concretas que apresentaremos

**FINANCIAMENTO DAS MEDIDAS DE INVESTIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL NO PERÍODO 2021-2029**

2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
PT 2020	11,2 mil milhões (3,7 mil milhões€/ano)							
Plano de Recuperação e Resiliência)								
REACT EU 2 mil Milhões € (0,7 mil milhões €/ano)								
Plano de recuperação e Resiliência								
Subvenções	13,9 mil milhões							
Empréstimos	14,2 mil milhões (2,3 mil milhões €/ano + 2,4 mil milhões €/ano)							
Desenvolvimento Rural + Fundo Transição Justa	0,5 mil milhões € (81 milhões €/ano)							
Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027								
33,6 mil milhões (3,7 mil milhões/ano)								
PT 2020 + Plano de Recuperação Europeu + Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027								
61 mil milhões em subvenções (6,8 mil milhões/ano)								
Orçamentos do Estado (Fundos nacionais)								